

BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Controladora		Consolidado		Capital social					Reserva				
2024	2023	2024	2023	Capital subscrito	Capital a integralizar	Capital social	AFAC	Transações de capital	Legal	Retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total	
Circulante				408.136	-	408.136	49.569 (49.569)	-	1.571	37.782	-	497.058	
Caixa e equivalentes de caixa	14.397	76.189	40.270	106.676	49.569	-	49.569	-	-	-	-	-	
Contas a receber	38.673	25.870	246.838	194.607	26.432	(9.550)	16.882	-	-	-	-	16.882	
Estoques	4.211	2.986	36.219	25.672	748	-	748	-	-	-	-	748	
Impostos e contribuições a recuperar	6.118	3.917	9.303	6.763	51.341	(2.330)	49.011	-	-	-	-	49.011	
Adiantamentos	421	409	5.428	5.924	-	-	-	-	-	-	-	-	
Despesas antecipadas	259	171	834	1.048	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros créditos	-	2.528	166	5.208	-	-	-	-	-	-	(4.800)	(4.800)	
Total do ativo circulante	64.079	112.070	339.058	345.898	-	-	-	-	-	(17.133)	-	(17.133)	
Não circulante					536.226	(11.880)	524.346	-	(1.571)	-	1.571	-	
Aplicações financeiras	-	4.669	10.719	5.769	-	-	-	-	-	-	-	-	
Partes relacionadas	617	382	-	236	(11.880)	11.880	-	-	-	20.649	(3.229)	541.766	
Tributos diferidos	-	-	2.759	-	39.584	-	39.584	-	-	-	-	39.584	
Depósitos judiciais	-	-	823	29	-	-	-	-	-	(3.229)	3.229	-	
Direito de uso – Arrendamentos	69.340	54.317	238.585	230.141	-	-	-	-	-	-	20.950	20.950	
Investimentos	906.280	820.881	1.015	2.523	-	-	-	-	-	-	(10.260)	(10.260)	
Imobilizado	17.103	13.476	196.074	162.816	-	-	-	-	1.048	-	(1.048)	-	
Intangível	392	359	703.728	591.215	-	-	-	-	-	9.642	(9.642)	-	
Total do ativo não circulante	993.732	894.084	1.153.703	992.729	563.930	-	563.930	-	1.048	27.062	-	592.040	
	1.057.811	1.006.154	1.492.761	1.338.627									
Controladora		Consolidado		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS					DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				
2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Circulante				88.334	79.364	860.411	657.843	20.950	(4.800)	48.311	16.554	48.311	16.554
Fornecedores	5.964	4.839	60.789	56.552	(51.291)	(45.678)	(549.869)	11.081	11.710	42.860	32.438	11.081	11.710
Empréstimos e financiamentos	55.982	23.185	62.845	37.366	37.043	33.686	310.542	5.085	3.878	27.987	26.222	5.085	3.878
Contas a pagar por aquisição de investimentos	16.032	14.491	8.913	8.352	-	-	-	(81.648)	(44.887)	-	-	-	-
Salários, provisões e encargos	2.295	1.815	20.413	17.015	(43.699)	(40.606)	(179.102)	862	23	12.409	4.775	862	23
Obrigações tributárias	1.005	831	17.524	11.461	81.648	44.887	-	-	-	-	(250)	-	-
Parcelamentos fiscais	-	-	1.064	1.358	55	(3.081)	1.896	-	-	-	(860)	-	-
Arrendamentos a pagar	4.362	2.649	24.755	25.954	75.047	34.886	133.336	-	-	-	(3.904)	-	-
Adiantamento de clientes	1.555	3	12.634	25.955	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	2.339	1.018	7.595	7.083	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do passivo circulante	89.534	48.831	216.532	191.096	-	-	-	55.251	52.534	84.984	78.425	55.251	52.534
Não circulante					(57.455)	(49.692)	(89.151)	11.581	18.458	211.537	158.415	11.581	18.458
Fornecedores	-	-	1.076	1.418	(54.097)	(39.686)	(85.025)	(13.665)	(7.905)	(60.833)	(72.097)	(13.665)	(7.905)
Empréstimos e financiamentos	306.552	360.819	434.893	370.969	20.950	(4.800)	48.311	(2.201)	(3.720)	(2.464)	841	(2.201)	(3.720)
Partes relacionadas	587	1	300	-	-	-	-	(1.225)	(297)	(9.831)	(3.710)	(1.225)	(297)
Arrendamentos a pagar	69.098	54.737	242.133	226.687	20.950	(4.800)	20.950	(12)	315	497	(2.043)	(12)	315
Parcelamentos fiscais	-	-	5.732	6.406	0,0395	(0,0103)	-	351	(2)	792	2.816	351	(2)
Provisão para demandas judiciais	-	-	55	285	-	-	-	(88)	(99)	214	(782)	(88)	(99)
Total do passivo não circulante	376.237	415.557	684.189	605.765	-	-	-	2.528	(589)	5.660	(403)	2.528	(589)
Patrimônio líquido													
Capital social	563.930	524.346	563.930	524.346									
Reserva legal	1.048	-	1.048	-									
Reserva de retenção de lucros	27.062	20.649	27.062	20.649									
Prejuízos acumulados	-	(3.229)	-	(3.229)									
Total do patrimônio líquido	592.040	541.766	592.040	541.766									
	1.057.811	1.006.154	1.492.761	1.338.627									
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES													
Controladora		Consolidado											
2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	20.950	(4.800)	20.950	(4.800)									
(+/-) Outros resultados abrangentes	-	-	-	-									
Total do resultado abrangente do exercício	20.950	(4.800)	20.950	(4.800)									
DIRETORIA													
Rafael Gonçalves Mendes - Diretor Presidente													
Leandro Pinheiro Domingues													
Diretor Financeiro e Contador - CRC nº ISP 225.473/O-8													
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS													
Aos Acionistas e aos Administradores do CBV – Centro Brasileiro da Visão S.A., Brasília – DF. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do CBV - Centro Brasileiro da Visão S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31/12/2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Combinações de negócios: Conforme divulgado nas notas explicativas 2.6.a e 3 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia realizou combinações de negócios ao longo do exercício de 2024 e registrou tais aquisições societárias conforme o método de aquisição previsto no Pronunciamento Técnico CPC 15/IFRS 3, que culminou em um reconhecimento inicial de ágio no valor total de R\$133.607 mil. As estimativas associadas com a contabilização de uma aquisição de negócio envolvem julgamentos relevantes, tanto na determinação do valor justo da contraprestação transferida dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, quanto na apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura. Adicionalmente, existe a necessidade de divulgação de informações que possibilitem que os usuários das demonstrações financeiras tenham condições de avaliar a natureza e os efeitos financeiros provenientes da combinação de negócios. O processo de alocação dos ativos e passivos adquiridos e ágio em uma combinação de negócios é complexo e envolve alto grau de subjetividade e de julgamento na definição das premissas e metodologia utilizadas nesse processo. Em função da relevância dos valores envolvidos e grau de julgamento envolvido na mensuração do valor justo alocado aos ativos adquiridos e passivos assumidos objetos das transações, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) a leitura dos documentos que formalizaram a operação, tais como contratos e atas; (ii) análise das informações financeiras das empresas adquiridas e avaliação da consistência das práticas e estimativas contábeis; (iii) utilização de nossos especialistas em avaliação de empresas e de projeções financeiras, para nos auxiliar na revisão das premissas e metodologia utilizadas na mensuração do valor justo e alocações dos ativos adquiridos e passivos assumidos; (iv) avaliação da objetividade e capacidade técnica dos especialistas envolvidos na mensuração do valor justo; e (v) exame das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as combinações de negócios, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia nas combinações de negócios, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Recuperabilidade de ativos não financeiros (impairment) - ágios: Conforme divulgado nas notas explicativas 2.6.b e 11 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31/12/2024, a Companhia possui ativos não financeiros significativos, representados, principalmente, pelo ativo intangível de ágios gerados em combinações de negócios. Tais ativos são avaliados anualmente com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas e operacionais que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, sendo que ativos													
intangíveis com vidas úteis indefinidas, incluindo os ágios, devem ser submetidos a testes de <i>impairment</i> anualmente, independente de indicativos de deterioração. A avaliação quanto à recuperabilidade desses ativos, incluindo a definição das Unidades Geradoras de Caixa (UGC), tem alto grau de subjetividade, assim como é baseado em diversas premissas cuja realização é afetada por projeções de mercado e cenários econômicos incertos. Devido à relevância dos saldos, o nível de incerteza e alto grau de julgamento inerentes à determinação dos valores recuperáveis correspondentes, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) a avaliação dos critérios de definição e identificação das UGCs; (ii) o envolvimento de especialistas para nos auxiliar na avaliação das projeções elaboradas pela diretoria para recuperabilidade destes ativos; (iii) avaliação da adequação e consistência das premissas utilizadas nas estimativas e projeções dos fluxos de caixa futuros comparando-as, quando disponível, com dados de fontes externas, tais como o crescimento econômico projetado e a inflação de custos; (iv) avaliação da metodologia de cálculo e análise de sensibilidade das premissas; e (iv) exame das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável dos ativos não financeiros, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Mensuração do passivo de arrendamento e ativo de direito de uso, conforme NBC TG 06 (R3) / (IFRS 16) : Conforme descrito nas notas explicativas 10 e 18 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas possuem registrados ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para os contratos abrangidos pela NBC TG 06 (R3) / (IFRS 16). Em 31/12/2024, a Companhia possuía saldo de ativo de direito de uso de R\$238.585 mil, além de passivo de arrendamento de R\$266.888 mil, nas demonstrações financeiras consolidadas. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos, tanto em relação aos saldos patrimoniais quanto sobre o resultado do exercício, bem como às incertezas inerentes a esse tipo de cálculo e o grau de julgamento necessário que deve ser exercido pela diretoria na determinação das premissas relevantes, as quais incluem, entre outras, a taxa de desconto utilizada. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria compreenderam, entre outros: (i) avaliação sobre as principais premissas utilizadas referentes a prazo de arrendamento, taxa de desconto e valores das contraprestações, além da metodologia de cálculo utilizada pela Companhia para mensuração dos impactos contábeis; (ii) análise do inventário de contratos de arrendamento da Companhia, além da verificação da aderência destes contratos ao escopo da norma; (iii) teste da razoabilidade dos critérios adotados pela Companhia para uma amostra de contratos, considerando as informações dos contratos e de seus aditivos, além do recálculo dos montantes mensurados pela Companhia para essas transações; e (iv) exame das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras, considerando os requerimentos da NBC TG 06 (R3) / (IFRS 16). Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria em relação à mensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento, sendo esse ajuste não registrado pela Companhia tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os ativos de direito de uso e passivos de arrendamento, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis os registros e mensurações contábeis preparados pela diretoria considerando a norma NBC TG 06 (R3) / (IFRS 16), assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31/12/2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório													

financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas planejadas. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos